



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2012

*Quarto*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 043/12

SÚMULA : Denomina Deputado Moacir Micheletto trecho da Rodovia PR 317.

Art. 1º. Fica denominada de Rodovia Deputado Moacir Micheletto trecho da Rodovia Estadual PR. 317 entre os municípios de Toledo e Assis Chateaubriand.

Art. 2º. Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de fevereiro de 2012.

  
RENI PEREIRA  
DEPUTADO ESTADUAL

**JUSTIFICATIVA:**

Moacir Micheletto nasceu em Xanxêre SC, em 1942. Formado em Agronomia pela Universidade Passo Fundo RS em 1972. Chegou ao Oeste do Paraná em 1968, indo residir em Toledo. Sendo o primeiro engenheiro agrônomo na região, Micheletto, foi morar na cidade de Assis Chateaubriand em 1973, onde por 26 anos pode desempenhar diversas funções em prol da agricultura brasileira e da população paranaense.

Ao longo de sua carreira, o parlamentar exerceu diversos cargos como: Extensionista Agrícola local e regional da EMATER/PR por 18 anos; Presidente da Associação dos Engenheiros agrônomos, Núcleo Regional de Assis Chateaubriand, 1982-1984; Diretor, Conselho de Administração, COOPerval, Palotina, 1984-1986, do COTIGUAÇU, Cascavel, 1984-1986, Cooperativa Cotia, 1988, Cooperativa Central Regional de Assis Chateaubriand; Representante, Comissão Regional de Produção de Frutas, Conselho Diretor da Cooperativa Central, 1989-1990; Diretor Superintendente da Campo - Companhia de Promoção Agrícola, em Brasília DF; Presidente, Comissão Nacional de Grãos e Fibras na CNA - Confederação Nacional da Agricultura, 1993-1996, 1999; Presidente do Lions Club de Assis Chateaubriand, 1979-1980; Presidente, Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, 1983-1992; Vice - Presidente da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, 1993-1999.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Filiado ao PMDB-PR desde 1982, Moacir Micheletto foi eleito deputado federal por 7 mandatos consecutivos 1991-1995 / 1995-1999 / 1999-2003 / 2003-2007 / 2007-2010 - 2011-2015, desempenhando suas atividades parlamentares, em defesa da agricultura brasileira, nas funções de Presidente da Subcomissão Permanente para tratar da política Agropecuária da Câmara dos Deputados, Membro titular da Comissão de Agricultura e Política Rural, Suplente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, Titular da Frente Parlamentar de Agricultura e do Cooperativismo, Representante da Câmara dos Deputados no Parliamentarians For Global Action, Caracas - Venezuela, Convidado Especial da Posse do Presidente da ACI - Associação Internacional do Cooperativismo, como membro da Câmara dos Deputados, Genebra - Suíça, Coordenador da Subcomissão para a elaboração da emenda do orçamento geral da União para este ano, tendo priorizado 191 milhões de reais para a agricultura, Relator da Proposta de Fiscalização e Controle n.º 84/97 - relativa a Inspeção Sanitária e Industrial do Leite e seus derivados e importados 1997/1998.

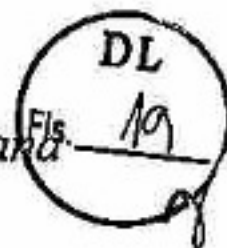
Como deputado federal recebeu inúmeras missões oficiais: Representante do setor privado organizado, no grupo permanente do subgrupo Oito do MERCOSUL, em viagem oficial ao Paraguai, Uruguai e Argentina, 1991-1992; Representante da Câmara dos Deputados no Parliamentarians for Global Action, Caracas, Venezuela, 1993; Viagem ao Japão, como Diretor-Superintendente da CAMPO, para desenvolvimento e acompanhamento de projetos técnicos agrícolas entre Brasil/Japão, 1996; Participante da Reunião de Audiência Pública, realizada sob a coordenação da Comissão de Agricultura e Política Rural, Chapecó - SC, 1997.

Uma das características marcantes nos mandatos do deputado Micheletto era a sua constante preocupação em honrar os compromissos assumidos com seus eleitores, criando e aprovando Leis que contribuíam para o desenvolvimento da agricultura levando melhorias para a população do Estado do Paraná.

Considerando justa homenagem ao nosso Saudoso Moacir Micheletto, conto com o apoio dos demais pares dessa Casa de Leis, para a sua aprovação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO 043/2012**

Projeto de Lei nº 043/2012

Autor: Deputado Estadual Reni Perelra

Súmula: Denomina Deputado Moacir Micheletto Trecho da Rodovia PR 317.

**EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.**  
**DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.**  
**NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA**  
**EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-**  
**EXISTENTE. PARECER DO DER**  
**INFORMANDO QUE O TRECHO A SER**  
**DENOMINADO NÃO POSSUI**  
**DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.**  
**CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.**  
**PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Reni Perelra, tem por objetivo denominar de Vereador Raimundo Fernandes de Lima, a Rodovia PR 569 – Percorso Marilena – Nova Londrina, tendo em vista sua liderança regional.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1988 e alterações posteriores. (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 21  
08

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)


Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 15 de Maio de 2012.

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA

  
Presidente

  
DEPUTADO GILSON DE SOUZA

Relator

  
Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 043/2012

Projeto de Lei nº 043/2012  
Autor: Deputado Reni Pereira

Súmula: Denomina Deputado Moacir Micheletto trecho da Rodovia PR 317.

### I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 043/12, de autoria do Deputado Reni Pereira, denomina Deputado Moacir Micheletto trecho da Rodovia PR 317, compreendido entre os municípios de Toledo e Assis Chateaubriand no Estado do Paraná.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 043/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma justa homenagem ao ex-deputado Moacir Micheletto, cidadão ilustre, que prestou relevantes serviços ao Estado do Paraná, bem como a todo o país.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O **Projeto de Lei 043/12** em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Toledo e Assis Chateaubriand, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo **Parêcer Favorável** ao referido Projeto de Lei 043/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.

**MARCELO RANGEL**

Presidente da Comissão

**Pastor Edson Praczyk**

Relator

**PROJETO DE LEI nº 292/12**

**EMENTA:** Cria a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a 2ª Vara Cível, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** O art. 255, inciso II, da Lei referida no artigo 1º, passa a vigorar acrescido da alínea "b", com a seguinte redação:

*"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

*...*

*II – No Foro Regional de Araucária:*

*a) ...*

*b) a 2ª Vara Cível."*

*...*

**Art. 3.º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Araucária.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Araucária, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 5.º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 6.º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*[Handwritten signature]*

6

6

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV</p>	
ARACUCÁRIA - Foro Regional da Comarca de Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final	
FORO JUDICIAL	
1ª Vara Cível	
2ª Vara Cível	

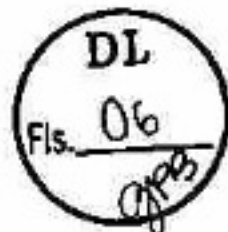
HY

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
Foro Regional de Araucária	Final			4	1			8	

Ky

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX  
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Ordem	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
Foro Regional de Araucária			2	1			3



**JUSTIFICATIVA**

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado sob nº 391.290/2010, tem por finalidade a criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária.

A proposição altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, e visa a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços no Foro Regional de Araucária, que integra a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta prevê, ainda, a criação de um cargo de Julz de Direito de entrância final para a estruturação do Foro Regional, o que modifica os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003, conforme detalhado no artigo 5º do Anteprojeto de Lei.

A nova Vara atenderá uma população de aproximadamente 116.683 habitantes e um total de 18.443 processos que se encontram em andamento nas Varas daquele Foro, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça.

A criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 06 de junho de 2012 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 18 de junho de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Registre-se que o custo com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$ 398.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 564.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 625.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 520.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 657.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 696.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.  
Of. nº 809/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN. 2012

1º Secretário

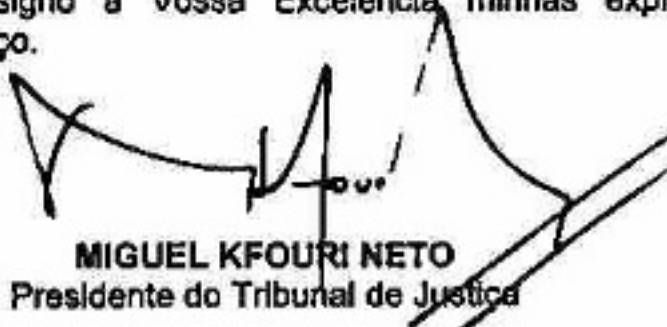
Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com a criação da 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 292/12**

Projeto de Lei nº. 292/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NO FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 94. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

**d) propor a criação de novas varas judiciárias;**

Alinda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 45. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

**I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:**

**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**

**e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).**

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o documento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2012.

**DEPUTADO CAITO QUINTANA**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO BUILE GENARI**  
**RELATOR**

**APROVADO**

09/07/12 *Opinião*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
*2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura*  
*Comissão de Finanças*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 292/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 809/12 que objetiva criar a 2ª Vara Cível no Foro Regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário o autor informa que os custos com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**

**Comissão de Finanças**


estimado em aproximadamente R\$398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais) para o exercício de 2012, R\$564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e R\$625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2014, que será suportado pelo orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

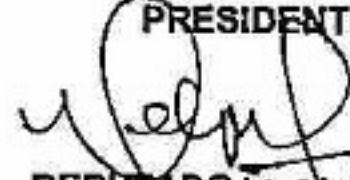
Por outro lado os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/08, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) para o exercício de 2012, R\$657.000,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil reais) para o exercício de 2013 e R\$696.000,00 (seiscentos e noventa e seis mil reais) para o exercício de 2014.



Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/07/12

  
**DEPUTADO ADEMIR BIER**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO Wladimir Pabliński**  
**RELATOR**



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### ~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI nº 293/12

**SÚMULA:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o inciso XXI do artigo 263 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido da alínea "c", com a seguinte redação:

**\*Art. 263.....**

(...)

XXI – na Comarca de Irati:

a) (...)

...

c) a 2ª Vara Cível."

**Art. 3.º** Ficam criados 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária para a Comarca de Irati e 1 (um) cargo de Juiz Substituto, para a 33ª Seção Judiciária.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Irati, nos termos da Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** O cargo criado na forma do *caput* é privativo de Bacharel em Direito.

**Art. 5.º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2130.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ	
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003	
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV	
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
IRATI - Comarca de Entrância Intermediária	
FORO JUDICIAL	
	XXXXXXXX
2ª Vara Cível	
	XXXXXXXX
FORO EXTRAJUDICIAL	
	XXXXXXXX
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XY

DL  
Fls. 03  
gpb

O

O

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Direto	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
ENCARGAMENTOS									
.....									
Irati	Interm.			3			1	4	
.....									

X/H

DL  
Fis. 04  
09/13

O

O

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ							
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003							
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX							
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
<b>1ª INSTÂNCIA</b>							
<b>ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA</b>							
			2				2





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 349.541/2011, tem por finalidade criar a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, de entrância intermediária, bem como um cargo de Juiz de Direito de entrância Intermediária e um cargo de Juiz Substituto para a 33ª Seção Judiciária, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 2 (duas) Varas Cíveis, 1 (uma) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família e atenderá uma população de 66.824 habitantes e um total de aproximadamente 25.000 processos em andamento.

A proposta, além da criação do cargo de Juiz de Direito para a 2ª Vara Cível visa, também, a criação de um cargo de Juiz Substituto para atendimento da 33ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Irati, de forma a melhor reestruturá-la e proporcionar uma melhora na prestação da tutela jurisdicional.

Com isso, altera-se o art. 263, e os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, está se criando 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Irati. O referido cargo é privativo de Bacharel em Direito e está de acordo com a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento dos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A criação da 2ª Vara Cível na Comarca de Iratí, do cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária e de Juiz Substituto foram objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada de 06/06/2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 18 de junho de 2012.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta, considerando a criação dos cargos de Juiz e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de R\$ 412.290,00 para o exercício de 2012, R\$ 904.700,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.010.086,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário que irão compor a nova Secretaria Cível são objeto da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas decorrente de seu preenchimento serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 227.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 402.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 423.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



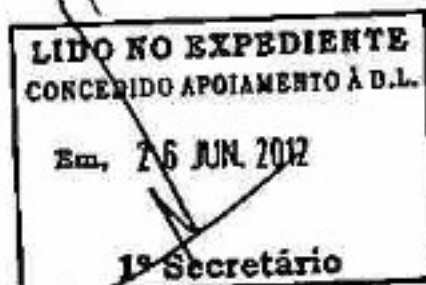
I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em,

Presidente

Curitiba, 22 de junho de 2012.  
Of. nº 811/2012-GP

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 2ª Vara Cível e um cargo de Juiz de Direito na Comarca de Irati, de entrância intermediária, e um cargo de Juiz Substituto para a 33ª Seção Judiciária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

14/28 26/06/2012 08:39:03 MP RECEBIDA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

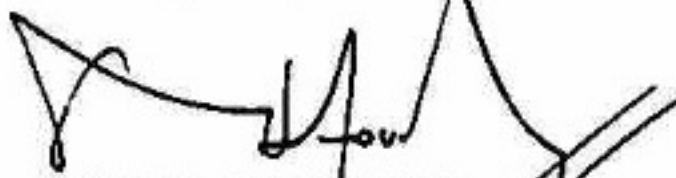
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, Inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 2ª Vara Cível e um cargo de Juiz de Direito na Comarca de Irati, de entrância intermediária, e um cargo de Juiz Substituto para a 33ª Seção Judiciária, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 293/12**

Projeto de Lei nº. 293/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 2ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE IRATI. ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei nº. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 2ª Vara Cível na Comarca de Irati, entrância Intermediária.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, Inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

**d) propor a criação de novas varas judiciárias;**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2012.

**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**

**APROVADO**  
**09/07/12**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 293/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 811/12 que objetiva criar a 2ª Vara Cível e um cargo de Juiz de Direito na Comarca de Irati, de entrância intermediária, e um cargo de Juiz Substituto para a 33ª Seção Judiciária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademir Traiano e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação dos cargos de Juiz e do cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, totaliza o valor aproximado de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

R\$412.290,00 (quatrocentos e doze mil e duzentos e noventa reais) para o exercício de 2012, R\$904.700,00 (novecentos e quatro mil e setecentos reais) para o exercício de 2013 e R\$1.010.086,00 (hum milhão dez mil e oitenta e seis centavos) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Já em relação aos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/08, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais) para o exercício de 2013 e R\$423.000,00 (quatrocentos e vinte e três mil reais) para o exercício de 2014.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

09/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

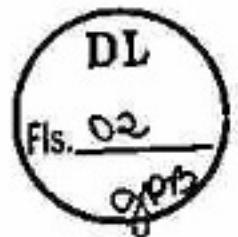
DEPUTADO  
RELATOR

ALOYSA P. G. L. C. S.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI nº 294112

**SÚMULA:** Cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1º Fica criada a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2º Fica alterado o artigo 256, da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido do inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 256.....  
(...)

VII – na Comarca de Umuarama:  
a) a 3ª Vara Cível."

Art. 3º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito para a Comarca de Umuarama, de entrância final.

Art. 4º Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 5º Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1º.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

UNILARANIA - Comarca de Entância Final

FORO JUDICIAL

3ª Vara Cível


FORO EXTRAJUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Grau	Juiz de Direito Direto	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
Umuarama									
	Final			6	1		2	9	

DL  
Fls. 04  
gpa

Fls. 05



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX									
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1									
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
<b>1ª INSTÂNCIA</b>									
ENTRÂNCIA FINAL									
Unuaruna									
			2			1	3		

ENTRADA FINAL

## Summary



Estado do Paraná  
Poder Judiciário

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, de entrância final, conforme consta do protocolado de nº 376.489/2010, visando à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

A proposta altera o art. 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 3 (três) Varas Cíveis, 2 (duas) Varas Criminais, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e atenderá uma população de aproximadamente 118.995 habitantes e um total de 30.593 processos em andamento.

De acordo com o Anexo II, Tabela 2, do CODJ, a Comarca de Umuarama é sede da 50ª Seção Judiciária.

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, está se criando 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama.

Os referidos cargos são privativos de Bacharel em Direito e estão de acordo com a Lei Estadual nº 15.831, de 12 de maio de 2008 e a Lei Estadual nº 15.831, de 05 de dezembro de 2011, que criam cargos para o assessoramento aos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

A criação da 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, de entrância final, foi objeto de análise e aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, bem como do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 18 de junho de 2012.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Registre-se que o custo com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é de aproximadamente R\$ 302.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 564.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 625.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 302.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 467.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 490.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se, por fim, que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei em questão, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei vez que são parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 22 de junho de 2012.  
Of. nº 810/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em,

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama, de entrância final, e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

  
MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

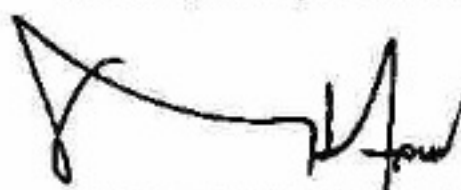
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA




### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, de entrância final, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de Junho de 2012



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 294/12**

Projeto de Lei nº. 294/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama, alterando a Lei Estadual n.º 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 3ª VARA CÍVEL NA COMARCA DE UMUARAMA. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 3ª Vara Cível na Comarca de Umuarama.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciais, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciais;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciais; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

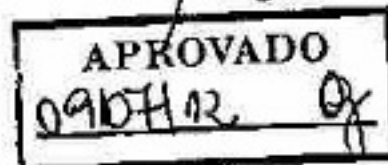
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de Julho de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
Presidente

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Relator





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 294/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 810/12 que objetiva criar a 3ª Vara Cível Da Comarca de Umuarama, de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

aproximadamente de R\$302.000,00 (trezentos e dois mil reais) para o exercício de 2012, R\$564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e R\$625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Já em relação aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/08, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$302.000,00 (trezentos e dois mil reais) para o exercício de 2012, R\$467.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil reais) para o exercício de 2013 e R\$490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) para o exercício de 2014.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

09/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WANDY RUCIESI  
RELATOR

**PROJETO DE LEI Nº 29512**

**SÚMULA:** Desmembra o Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**Art. 1.º** Fica desmembrado em 2 (duas) Varas distintas o Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, nos termos do art. 225 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o art. 255-A da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso II, com a seguinte redação:

**"Art. 255-A. ....**

**II - No Foro Regional de Mandaguari:**

- a) Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;**
- b) Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família."**

**Art. 3.º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da Vara ora criada no Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.857 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 5º** Ficam alterados os Anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



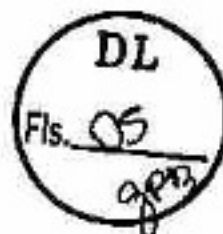


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
1ª INSTÂNCIA									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
Foro Regional de Mandaguari	Final			2			2		

DL  
Fls. 04  
07/09

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.377 DE 30/12/2003  
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX  
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ</p> <p>CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003</p> <p>criação e extinção de cargos - ANEXO IX</p> <p>CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1</p>						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
<b>1ª INSTÂNCIA</b>						
<b>ENTRÂNCIA FINAL</b>						
<b>COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ</b>						
Foro Regional de Mandaguari			1			1





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado nº 390.443/2011, tem por finalidade desmembrar o Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, assim denominada pelo Projeto de Lei nº 68/2012, em trâmite na Assembleia Legislativa do Paraná, que propõe a criação das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá.

A proposta prevê, ainda, a criação de um novo cargo de Juiz de Direito de entrância final para atendimento daquela comarca, agora com o Juízo único desmembrado, de forma a promover a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, racionalizando e redistribuindo o volume de serviços naquele Foro.

Com a alteração, o Foro Judicial abrangerá 2 (duas) Varas, sendo uma Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e uma Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família, que atenderá uma população de aproximadamente 32.495 habitantes e um total de 7.704 processos em andamento.

A proposta altera a Lei Estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, que passa a vigorar acrescido do inciso II do art. 255-A, e ainda altera os anexos IV, V e IX da referida lei.

De forma a dotar a referida vara da estrutura necessária, fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento do Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Umuarama.

Os referidos cargos são privativos de Bacharel em Direito e estão de acordo com a Lei Estadual nº 15.831, de 12 de maio de 2008 e a Lei Estadual nº 15.831, de 05 de dezembro de 2011, que criam cargos para o assessoramento aos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

O desmembramento do Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari da Comarca da Região Metropolitana de Maringá foi objeto de aprovação pela dita Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em deliberação datada



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



de 06 de junho de 2012, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 18 de junho de 2012.

Ressalte-se que os Anexos alterados pela presente proposta deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Registre-se que o custo com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$ 374.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 608.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 725.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 22 de Junho de 2012.  
Of. nº 808/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, \_\_\_\_\_

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe o desmembramento do Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e cria um cargo de Juiz de Direito para o referido Foro.

As razões desta proposição estão contempladas na Justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

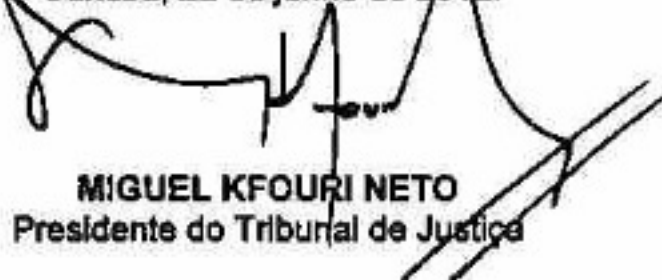
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

1428 26-06-2012 08:55:56 MP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que desmembra o Juízo Único e cria um cargo de Juiz de Direito para o Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de Junho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 295/12**

Projeto de Lei nº. 295/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Desmembra o juízo único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual n.º. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

**EMENTA:** DESMEMBRA O JUÍZO ÚNICO DO FORO REGIONAL DE MANDAGUARI, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ, E ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE ESPECIFICA, DA LEI ESTADUAL Nº 14.277/03. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa desmembrar o Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e alterar dispositivos da Lei Estadual nº 14.277 de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, de forma a promover a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, racionalizando e redistribuindo o volume de serviços naquele Foro.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ainda, acerca da competência exclusiva dos Tribunais, dispõe o artigo 96, inciso I, alíneas "a" e "d" da nossa Carta Magna:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

**a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;**

**d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ademais, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

1 - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de julho de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.**  
**RELATOR**

**APROVADO**  
09107112



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 295/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 808/12 que objetiva desmembrar o Juízo Único do Foro Regional de Mandaguari, da Comarca da Região Metropolitana de Maringá e altera os dispositivos que especifica, da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hernas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$374.000,00 (trezentos e setenta e quatro mil reais) para o exercício de 2012, R\$608.000,00 (seiscentos e oito mil reais) para o exercício de 2013 e R\$725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

09/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

Handwritten signature

Handwritten signature

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 297/12

**SÚMULA:** Cria a Vara de Família do Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Fica criada a Vara de Família no Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o inciso IV do artigo 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido da alínea 'd', com a seguinte redação:

*"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

*IV – no Foro Regional de Colombo:*

*(...)*

*b) a Vara da Infância e da Juventude, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;*

*(...)*

*d) a Vara de Família."*

**Art. 3.º** Fica criado 1 (um) cargo de Juiz de Direito, de entrância final, para o Foro Regional de Colombo.

**Art. 4.º** Fica criado 1 (um) cargo de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 1 (um) cargo de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinado ao assessoramento do Juiz de Direito da Vara de Família do Foro Regional de Colombo, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

**Art. 5.º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003  
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

[illegible]

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ						
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.377 DE 30/12/2003						
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX						
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1						
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Grm	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
<b>1ª INSTÂNCIA</b>						
<b>ENTRÂNCIA FINAL</b>						
<b>COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA</b>						
<b>Foro Regional de Colombo</b>						
			4	1	-1	4

*[Handwritten signature]*

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
1ª INSTÂNCIA									
Foro Regional de Colombo									
	Final			6	1			7	

X

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a Vara de Família no Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, conforme consta do protocolado de nº 424.037/2011, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.


A proposta insere a alínea 'd' no Inciso IV do art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passando o Foro Regional de Colombo a contar com duas Varas Cíveis, duas Varas Criminais, uma Vara da Infância e da Juventude, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, uma Vara de Família e um Juizado Especial Cível e Criminal, para o atendimento de uma população de aproximadamente 208.805 habitantes e um total aproximado de 55.000 processos em andamento.

A criação, da Vara da Família, que na realidade consiste no desmembramento da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial já existente, implica em alteração da nomenclatura dessa última unidade, que passa a ser denominada Vara da Infância e da Juventude, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

A alteração da nomenclatura consta do Anexo IV da proposta de alteração legislativa.

A presente proposição foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 28 de maio de 2012.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que são parte integrante da mesma.



Registre-se que o custo com a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é de aproximadamente R\$ 396.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 564.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 625.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 520.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 657.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 696.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º quadrimestre de 2012, a Despesa Total de Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

X

Curitiba, 22 de junho de 2012.  
Of. nº 800/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em,

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

Senhor Presidente:


LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 26 JUN. 2012
1º Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Vara de Família no Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.



MIGUEL KFOURI NETO  
Presidente do Tribunal de Justiça

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a Vara de Família no Foro Regional de Colombo, na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2016, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 22 de junho de 2012.



**MIGUEL KFOUR NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/12**

Projeto de Lei nº. 297/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a Vara de Família do Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA VARA DE FAMÍLIA NA COMARCA DE COLOMBO. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a Vara de Família da Comarca de Colombo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

(...)

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).**

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

**Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:**

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos)

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 03 de junho de 2012

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.  
RELATOR

APROVADO

09107102 *Pg*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 297/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 800/12 que objetiva criar a Vara de Família do Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Junior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, que cria a Vara de Família no Foro Regional de Colombo, na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

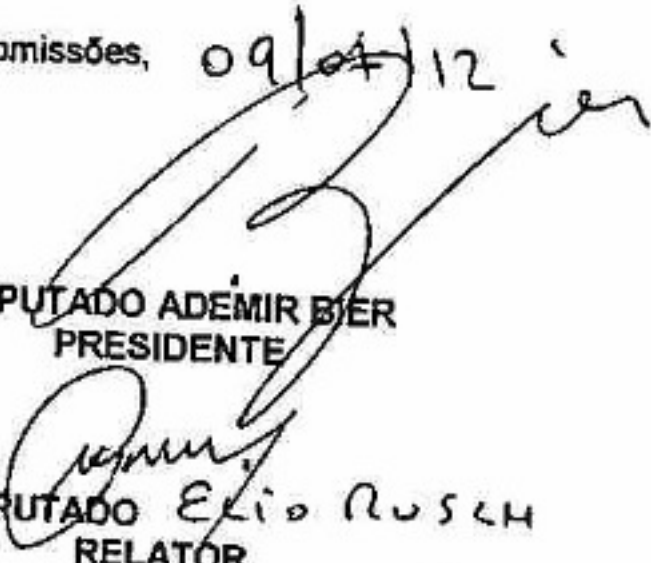
Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais) para o exercício de 2012, R\$564.000,00 (quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para o exercício de 2013 e R\$625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

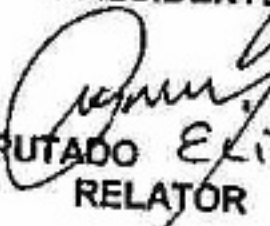
No que diz respeito aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível, as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) para o exercício de 2012, R\$657.000,00 (seiscentos e cinquenta e sete mil reais) para o exercício de 2013 e R\$696.000,00 (seiscentos e noventa e nove mil reais) para o exercício de 2014.



Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

09/04/12  
  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELCIO RUSCH  
RELATOR



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº 320/12

**EMENTA:** Cria a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1.º** Ficam criadas a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

**Art. 2.º** Fica alterado o Inciso II do artigo 256 da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar acrescido das alíneas "c" e "d", com a seguinte redação:

**"Art. 256.....**

**(...)**

**II – na Comarca de Foz do Iguaçu:**

**a) (...)**

**b) (...)**

**c) a 1ª Vara de Fazenda Pública;**

**d) a 2ª Vara de Fazenda Pública."**

**Art. 3.º** Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito para a Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final.

**Art. 4.º** Ficam criados 2 (dois) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 2 (dois) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



**Art. 5.º** Ficam alterados os Anexos IV, V, e IX Tabela 1 da Lei referida no art. 1.º.

**Art. 6.º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total		
Foz do Iguaçu	final			14	3	6	23		

24

Fls. 0645

**COMARCAS**

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2ª Ordem	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Total
			4	1	5	10
Foz do Iguaçu						

**Foz do Iguaçu**



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado do protocolado sob nº 119.665/2012, tem por finalidade criar a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final, visando a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquela Comarca.

Atualmente, nas 4 (quatro) Varas Cíveis da Comarca de Foz do Iguaçu tramitam mais de 23.000 (vinte e três mil) processos envolvendo entes públicos, processos estes que passam a ser da alçada das duas novas Varas de Fazenda Pública.

Ademais, há notícias de que até outubro do corrente ano, o Município ajuizará mais de 5.000 (cinco mil) executivos fiscais, tendo em vista a existência de aproximadamente R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) inscritos em dívida ativa e pendente de ajuizamento.

É inegável, portanto, que os números são bastante expressivos e justificam a criação de mais Varas na Comarca, de forma a possibilitar a especialização, a qual, em consequência, levará não só a agilização do trâmite das ações envolvendo entes públicos, mas também daquelas de competência das varas cíveis.

A proposta altera o art. 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ).

O Foro Judicial da referida Comarca abrangerá 4 (quatro) Varas Cíveis, 4 (quatro) Varas Criminais, 2 (duas) Varas de Família, 1 (uma) Vara da Infância e da Juventude, 1 (uma) Vara de Execuções Penais e 3 (três) Juizados Especiais, e atenderá uma população de aproximadamente 272.000 (duzentos e setenta e dois mil) habitantes e um total de 62.000 (sessenta e dois mil) processos em andamento.

De acordo com o Anexo II, Tabela 2, do CODJ, a Comarca de Foz do Iguaçu é sede da 3ª Seção Judiciária.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



De forma a dotar as referidas varas da estrutura necessária, está se criando 2 (dois) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 2 (dois) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu.

Os referidos cargos são privativos de Bacharel em Direito e estão de acordo com a Lei Estadual nº 15.831, de 12 de maio de 2008 e a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que cria cargos para o assessoramento aos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

A criação da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final, foi objeto de análise e aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em sessão realizada no dia 18 de junho de 2012, bem como do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no mesmo dia.

Registre-se que os custos com a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é de aproximadamente R\$ 515.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 1.140.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 1.288.000,00 para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo geral anual aproximado de R\$ 1.070.910,00.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento),



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se, por fim, que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei em questão, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei vez que são parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

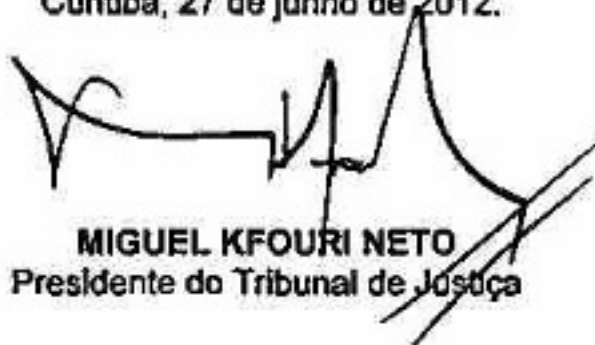
## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### DECLARAÇÃO

Declaro em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 27 de junho de 2012.



**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 27 de junho de 2012.  
Of. nº 856/2012-GP

I- Protocolo-se  
II- À DAP p/ leitura do expediente.  
III- À Procuradoria Geral.  
Em 02/07/2012.  
\_\_\_\_\_  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual VALDIR LUIZ ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**  
  
Em, 02 JUL 2012  
  
**1º Secretário**

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o Incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação da 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final, e adota outras providências, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente do Tribunal de Justiça

Lei 14277 - 30 de Dezembro de 2003

Publicado no ACESSAR DIÁRIO Oficial nº. 6636 de 30 de Dezembro de 2003

(vide Lei 7297 de 08/01/1980) (vide Lei 16010 de 05/12/2008) (vide Lei 16026 de 19/12/2008)  
 (vide Lei 16027 de 19/12/2008) (vide Lei 16029 de 19/12/2008) (vide Lei 16080 de 17/04/2009)  
 (vide Lei 16106 de 18/05/2009) (vide ADIN 3517-7) (vide ADIN 3264-0) (vide ADIN 4243-2)  
 (vide Lei 16743 de 29/12/2010) (vide Lei 16834 de 28/06/2011) (vide Lei 16834 de 28/06/2011)  
 (vide Lei 16887 de 26/07/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011) (vide Lei 16797 de 25/04/2011)  
 (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16961 de 05/12/2011) (vide Lei 16962 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16962 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011) (vide Lei 16963 de 05/12/2011)  
 (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 16964 de 05/12/2011) (vide Lei 17003 de 14/12/2011)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012)  
 (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17047 de 17/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17064 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012) (vide Lei 17065 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17066 de 23/01/2012) (vide Lei 17067 de 23/01/2012)  
 (vide Lei 17067 de 23/01/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012) (vide Lei 17111 de 17/04/2012)  
 (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17136 de 02/05/2012) (vide Lei 17137 de 02/05/2012)  
 (vide Lei 17137 de 02/05/2012)

**Súmula:** Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência dos tribunais, juizes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.

**Art. 1º.** Este Código dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, a estrutura, as atribuições e a competência do Tribunal de Justiça, dos Juizes e Serviços Auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem.  
 (Redação dada pela Lei 14925 de 24/11/2005)

**§ 1º.** São regentes do presente código, dentre outros os seguintes princípios constitucionais:

**I - legalidade;**

**II - impessoalidade;**

**III - moralidade;**

**IV - publicidade;**

**V - eficiência.**

**§ 2º.** Além dos princípios referidos no parágrafo anterior, também se aplicam à presente lei, os seguintes:

**I - probidade;**

**II - motivação;**



**Art. 256.** Fica criado nas comarcas de entrância final o seguinte:

**I - na Comarca de Cascavel:**

- a) a 4ª e 5ª Varas Cíveis; e
- b) a 3ª Vara Criminal;
- c) a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho.  
(Incluído pela Lei 16963 de 05/12/2011)

**II - na Comarca de Foz do Iguaçu:**

- a) a 4ª Vara Criminal; e
- b) a 2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho;

**III - na Comarca de Guarapuava:**

- a) a 3ª Vara Cível; e
- b) a Vara da Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

**IV - na Comarca de Londrina:**

- a) a 11ª e 12ª Varas Cíveis;
- b) a 6ª, 7ª e 8ª Varas Criminais; e
- c) a 3ª Vara de Família;

**V - na Comarca de Maringá:**

- a) a 7ª Vara Cível;

**VI - na Comarca de Ponta Grossa:**

- a) a 3ª Vara Criminal;



Lei 15531 - 12 de Maio de 2008

Publicado no Diário Oficial nº 7719 de 12 de Maio de 2008

(voto Lei 15857 de 05/12/2011)

**Síntese:** Cria os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam criados 190 (cento e noventa) cargos de Assessor de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo II da Lei nº 14897, de 20/07/03, que por sua vez constitui a tabela 2 do Anexo III da Lei nº 11719, de 12/03/97.

Art. 2º. Os cargos criados na forma do artigo 1º são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito, de entrada final da magistratura de primeiro grau, exclusivamente para os Juizes constantes no Anexo I desta lei.

Art. 3º. O provimento em comissão, dos cargos criados por esta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 07, de 18/10/08.

Art. 4º. O preenchimento dos cargos fica condicionado aos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, em especial ao cumprimento do disposto em seus artigos 16 e 17.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de maio de 2008.

Roberto Raguillo  
Governador do Estado

Jair Ramos Braga  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Maria Maria Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Ialsano  
Chefe de Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir

Descrição

 anexo10015\_1425.pdf

## ANEXO I

## JUIZOS DE DESTINAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE ACESSÃO DE ASSESSOR DE JUIZ DE DIREITO - SIMBOLOGIA 3-C

DENOMINAÇÃO DAS VARAS EM CONFORMIDADE COM A LEI ESTADUAL Nº 14.277/03													
Juiz de Direito	Vara Cível, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara Cível	Vara Criminal	Vara Criminal de Infância e Juventude	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Vara de Família, Registros Públicos, Admissões do Trabalho e Competência de Foro Especial	Total Geral
VARAS COMARCAS													
Foro Central de Curitiba		22	14		4						1	1	52
Foro Regional de Almirante Tamandaré	1			1									2
Foro Regional de Araucária		1	1										2
Foro Regional de Bocaiuva do Sul													0
Foro Regional de Campina Grande Sul	1												1
Foro Regional de Campo Largo		1	1										2
Foro Regional de Colombo		1	1										2
Foro Regional de Foz de Iguaçu													1
Foro Regional de Pinhais	1			1									2
Foro Regional de Piraquara				1									2
Foro Regional de São Francisco do Sul													1
Foro Regional de São José dos Pinhais		2	2										5
SUBTOTAL INSTALADAS	3	27	19	3	4						2	1	72
DEMAIS COMARCAS ENTREGES FINAL - INSTALADAS													
Casimiro		3	3			1					1		8
Foz de Iguaçu		4	4			1					1		10
Guarapuava		2	2								1		5
Londrina		10	8			1	1				1		21
Maringá		6	4			1	1				1		13
Ponta Grossa		4	3			1	1				1		10
SUBTOTAL INSTALADAS		29	24			1	3				6		67
TOTAL INSTALADAS	3	56	43	3	4	4	3				8	1	139
CRIADAS PELA LEI Nº 14.277/2003 - Entrega Final - A INSTALAR													
Região Metropolitana de Curitiba		26	1	1	4	1							33
Demais Fins		8			1	1							10
SUBTOTAL A INSTALAR		32	1	1	5	2							42
TOTAL DE JUÍZOS	3	88	44	4	9	6	4	4	4	4	8	1	181

DL



Lei 16957 - 05 de Dezembro de 2011

Publicado no Diário Oficial nº 8603 de 5 de Dezembro de 2011

**Súmula:** Crie os cargos de provimento em comissão que especifica, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Ficam criados 687 (seiscentos e sessenta e sete) cargos de Assistente II de Juez de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.607, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do caput são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Juizes de Direito do Estado do Paraná, compreendidos os Juizes de Direito de primeira instância, intermediária e inicial, os Juizes de Direito Substitutos e Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau, distribuídos de acordo com o Anexo I desta Lei.

**Art. 2º.** Ficam criados 120 (cento e vinte) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.607, de 20 de julho de 2005.

**Parágrafo único.** Os cargos criados na forma do caput são privativos de bacharel em Direito e destinam-se ao assessoramento dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, distribuídos de acordo com o Anexo II desta Lei.

**Art. 3º.** O provimento em comissão dos cargos previstos nesta Lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo magistrado, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 4º.** Fica alterada a denominação dos cargos de provimento em comissão, simbologia 3-C, de Assessor de Juez de Direito criados pela Lei nº 15.631, de 12 de maio de 2005, e pela Lei nº 15.975, de 19 de novembro de 2006, que passam a ter a denominação de Assistente I de Juez de Direito.

**Art. 5º.** O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2012.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Maria Tereza Uile Gomes  
Secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastião  
Secretário de Estado de Administração e da Previdência

Durval Amaral  
Chefe de Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir

Descrição

- ☐ anexo62573\_26686.pdf
- ☐ anexo62573\_26687.pdf

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMPOSIÇÃO DAS VARAS NAS DIVERSAS COMARCAS

ANEXO I

1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12		13		14		15		16		17		18		19		20		21		22		23		24		25		26		27		28		29		30		31		32		33		34		35		36		37		38		39		40		41		42		43		44		45		46		47		48		49		50		51		52		53		54		55		56		57		58		59		60		61		62		63		64		65		66		67		68		69		70		71		72		73		74		75		76		77		78		79		80		81		82		83		84		85		86		87		88		89		90		91		92		93		94		95		96		97		98		99		100		101		102		103		104		105		106		107		108		109		110		111		112		113		114		115		116		117		118		119		120		121		122		123		124		125		126		127		128		129		130		131		132		133		134		135		136		137		138		139		140		141		142		143		144		145		146		147		148		149		150		151		152		153		154		155		156		157		158		159		160		161		162		163		164		165		166		167		168		169		170		171		172		173		174		175		176		177		178		179		180		181		182		183		184		185		186		187		188		189		190		191		192		193		194		195		196		197		198		199		200		201		202		203		204		205		206		207		208		209		210		211		212		213		214		215		216		217		218		219		220		221		222		223		224		225		226		227		228		229		230		231		232		233		234		235		236		237		238		239		240		241		242		243		244		245		246		247		248		249		250		251		252		253		254		255		256		257		258		259		260		261		262		263		264		265		266		267		268		269		270		271		272		273		274		275		276		277		278		279		280		281		282		283		284		285		286		287		288		289		290		291		292		293		294		295		296		297		298		299		300		301		302		303		304		305		306		307		308		309		310		311		312		313		314		315		316		317		318		319		320		321		322		323		324		325		326		327		328		329		330		331		332		333		334		335		336		337		338		339		340		341		342		343		344		345		346		347		348		349		350		351		352		353		354		355		356		357		358		359		360		361		362		363		364		365		366		367		368		369		370		371		372		373		374		375		376		377		378		379		380		381		382		383		384		385		386		387		388		389		390		391		392		393		394		395		396		397		398		399		400		401		402		403		404		405		406		407		408		409		410		411		412		413		414		415		416		417		418		419		420		421		422		423		424		425		426		427		428		429		430		431		432		433		434		435		436		437		438		439		440		441		442		443		444		445		446		447		448		449		450		451		452		453		454		455		456		457		458		459		460		461		462		463		464		465		466		467		468		469		470		471		472		473		474		475		476		477		478		479		480		481		482		483		484		485		486		487		488		489		490		491		492		493		494		495		496		497		498		499		500		501		502		503		504		505		506		507		508		509		510		511		512		513		514		515		516		517		518		519		520		521		522		523		524		525		526		527		528		529		530		531		532		533		534		535		536		537		538		539		540		541		542		543		544		545		546		547		548		549		550		551		552		553		554		555		556		557		558		559		560		561		562		563		564		565		566		567		568		569		570		571		572		573		574		575		576		577		578		579		580		581		582		583		584		585		586		587		588		589		590		591		592		593		594		595		596		597		598		599		600		601		602		603		604		605		606		607		608		609		610		611		612		613		614		615		616		617		618		619		620		621		622		623		624		625		626		627		628		629		630		631		632		633		634		635		636		637		638		639		640		641		642		643		644		645		646		647		648		649		650		651		652		653		654		655		656		657		658		659		660		661		662		663		664		665		666		667		668		669		670		671		672		673		674		675		676		677		678		679		680		681		682		683		684		685		686		687		688		689		690		691		692		693		694		695		696		697		698		699		700		701		702		703		704		705		706		707		708		709		710		711		712		713		714		715		716		717		718		719		720		721		722		723		724		725		726		727		728		729		730		731		732		733		734		735		736		737		738		739		740		741		742		743		744		745		746		747		748		749		750		751		752		753		754		755		756		757		758		759		760		761		762		763		764		765		766		767		768		769		770		771		772		773		774		775		776		777		778		779		780		781		782		783		784		785		786		787		788		789		790		791		792		793		794		795		796		797		798		799		800		801		802		803		804		805		806		807		808		809		810		811		812		813		814		815		816		817		818		819		820		821		822		823		824		825		826		827		828		829		830		831		832		833		834		835		836		837		838		839		840		841		842		843		844		845		846		847		848		849		850		851		852		853		854		855		856		857		858		859		860		861		862		863		864		865		866		867		868		869		870		871		872		873		874		875		876		877		878		879		880		881		882		883		884		885		886		887		888		889		890		891		892		893		894		895		896		897		898		899		900		901		902		903		904		905		906		907		908		909		910		911		912		913		914		915		916		917		918		919		920		921		922		923		924		925		926		927		928		929		930		931		932		933		934		935		936		937		938		939		940		941		942		943		944		945		946		947		948		949		950		951		952		953		954		955		956		957		958		959		960		961		962		963		964		965		966		967		968		969		970		971		972		973		974		975		976		977		978		979		980		981		982		983		984		985		986		987		988		989		990		991		992		993		994		995		996		997		998		999		1000	
---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	------	--

**ANSWERS**

AMTGO 1		AMTGO 2		AMTGO 3		AMTGO 4		AMTGO 5		AMTGO 6		AMTGO 7		AMTGO 8		AMTGO 9		AMTGO 10		AMTGO 11		AMTGO 12		AMTGO 13		AMTGO 14		AMTGO 15		AMTGO 16		AMTGO 17		AMTGO 18		AMTGO 19		AMTGO 20		AMTGO 21		AMTGO 22		AMTGO 23		AMTGO 24		AMTGO 25		AMTGO 26		AMTGO 27		AMTGO 28		AMTGO 29		AMTGO 30		AMTGO 31		AMTGO 32		AMTGO 33		AMTGO 34		AMTGO 35		AMTGO 36		AMTGO 37		AMTGO 38		AMTGO 39		AMTGO 40		AMTGO 41		AMTGO 42		AMTGO 43		AMTGO 44		AMTGO 45		AMTGO 46		AMTGO 47		AMTGO 48		AMTGO 49		AMTGO 50		AMTGO 51		AMTGO 52		AMTGO 53		AMTGO 54		AMTGO 55		AMTGO 56		AMTGO 57		AMTGO 58		AMTGO 59		AMTGO 60		AMTGO 61		AMTGO 62		AMTGO 63		AMTGO 64		AMTGO 65		AMTGO 66		AMTGO 67		AMTGO 68		AMTGO 69		AMTGO 70		AMTGO 71		AMTGO 72		AMTGO 73		AMTGO 74		AMTGO 75		AMTGO 76		AMTGO 77		AMTGO 78		AMTGO 79		AMTGO 80		AMTGO 81		AMTGO 82		AMTGO 83		AMTGO 84		AMTGO 85		AMTGO 86		AMTGO 87		AMTGO 88		AMTGO 89		AMTGO 90		AMTGO 91		AMTGO 92		AMTGO 93		AMTGO 94		AMTGO 95		AMTGO 96		AMTGO 97		AMTGO 98		AMTGO 99		AMTGO 100	
Empty																																																																																																																																																																																																							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100																																																																																																				
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200																																																																																																				
201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300																																																																																																				
301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400																																																																																																				
401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500																																																																																																				
501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600																																																																																																				
601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700																																																																																																				
701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800																																																																																																				
801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900																																																																																																				
901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000																																																																																																				
1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100																																																																																																				
1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200																																																																																																				
1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300																																																																																																				
1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336																																																																																																																																																																				

(Fis. 19 1/2)

## ANALYSIS

REVISED	
1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

**ANALYSIS**

[illegible]

ANEXO II

DESTINAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE  
DESEMBARGADOR - SIMBOLOGIA 1-C

COMARCAS / FORO	Desembargador	Total
2ª INSTÂNCIA		
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	120	120
TOTAL	120	120





Lei 11719 - 12 de Maio de 1997

Publicado no Diário Oficial nº. 5000 de 12 de Maio de 1997

(Vide Lei 11669, de 19/12/1997) (Vide Lei 12560, de 25/05/1998) (Vide Lei 12934, de 03/01/2001) (Vide Lei 13187, de 21/06/2001) (Vide Lei 13429, de 09/01/2002) (Vide Lei 13434, de 09/01/2002) (Vide Lei 13434, de 09/01/2002) (Vide Lei 12572, de 28/05/2002) (Vide Lei 12560, de 25/05/1998) (Vide Lei 14007, de 20/07/2005) (Vide Lei 11669, de 19/12/1997) (Vide Lei 16742, de 29/12/2010) (Vide Lei 16744, de 29/12/2010) (Vide Lei 16748, de 29/12/2010) (Vide Lei 16821, de 02/02/2011) (Vide Lei 16957, de 05/12/2011) (Vide Lei 16957, de 05/12/2011)

**Súmula:** Dispõe sobre o quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** O quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, fica reestruturado na forma dos anexos I, II, III e IV desta lei.

**Art. 2º.** A denominação, classificação, quantidade e níveis dos cargos e respectivos valores de vencimento, passam a ser os constantes dos anexos e respectivos tabelas.

**Art. 3º.** A estrutura funcional da Secretaria do Tribunal de Justiça fica dividida em três grupos ocupacionais:

**I - Grupo Ocupacional Superior,** composto de cargos de assessoramento jurídico e outras atividades, para cujo exercício é exigida formação profissional de nível superior de escolaridade;

**II - Grupo Ocupacional Intermediário,** composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de segundo grau de escolaridade;

**III - Grupo Ocupacional Básico,** composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de primeiro grau de escolaridade.

**Parágrafo único.** A descrição das funções, atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo serão definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça.

**Art. 4º.** Os cargos públicos criados por força do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, ficam enquadrados na forma desta lei.

**Art. 5º.** O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no Anexo IV.

**Parágrafo único.** Aos servidores inativos não contemplados no enquadramento de que trata o caput deste artigo, fica assegurada a percepção de proventos, observado o princípio da irredutibilidade.

**Art. 6º.** Após o enquadramento, a progressão do servidor efetivo na carreira dar-se-á por antiguidade e merecimento.

**I - a progressão por antiguidade é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de três anos de efetivo serviço no nível em que se encontrava;**

**II - a progressão por merecimento é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de um ano de efetivo serviço no nível em que se encontrava.**

**Parágrafo único.** O Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça fixará critérios para avaliação anual de desempenho dos servidores efetivos e definirá o setor responsável pela sua coordenação.

**Art. 7º.** A investidura em cargo de provimento efetivo, após aprovação prévia em concurso público, dar-se-á no nível inicial de vencimento da carreira, na forma do Anexo II.

**Art. 8º.** O número de cargos efetivos e em comissão do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, e seus respectivos vencimentos, ficam definidos nas tabelas I, II, III e IV do Anexo III.

**Parágrafo único.** A remuneração mensal dos cargos em comissão de simbologia AE-1 fica fixada em 2.101,03 (dois mil cento e um real e três centavos).

**Art. 9º.** O Poder Judiciário oferecerá aos seus servidores, cursos de treinamento e reciclagem, com o objetivo de criar e desenvolver consciência, hábito e informação necessários ao exercício da função pública e aperfeiçoar os seus conhecimentos, estimulando a melhoria do desempenho funcional.

**Art. 10.** A exceção dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, aos demais servidores, ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior, fica assegurada a percepção de verba de representação equivalente a 30% (trinta por cento) do seu vencimento, a ele integrável para todos os efeitos legais.

**Art. 11.** Os vencimentos dos servidores pertencentes aos quadros do foro judicial, incluídos os cargos enquadrados na forma do artigo 4º, desta lei, guardada a correspondência com a Tabela III do Anexo III, ficam assim fixados:

**Escrivães do Crime:**

Entrância Final	E8
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães da Vara da Infância e da Juventude:**

Entrância Final	E8
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas:**

Entrância Final	C3
Entrância Intermediária	B11
Entrância Inicial	B7

**Escrivães das Varas de Família:**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1
Entrância Inicial	B8

**Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho:**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1
Entrância Inicial	B8

**Escrivães das Varas de Direitos de Trânsito, da Vara do Tribunal do Júri e da Vara de Execuções Penais e Correção dos Presídios:**

Entrância Final	E8
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Secretário	E8
------------	----

**Secretários de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Entrância Final	E8
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Entrância Final	E8
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Oficial de Justiça:**

--	--



Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Oficial da Justiça dos Juizados Especiais:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Porteiro de Auditorio da Capital:**

Entrância Final	D4
-----------------	----

**Comissário de Vigilância de Menores:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Auxiliares de Cartório Criminal:**

Entrância Final	C10
Entrância Intermediária	C7
Entrância Inicial	C3

**Auxiliares de Cartório Criminal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:**

Entrância Final	C10
Entrância Intermediária	C7
Entrância Inicial	C3

**Assistente Social:**

Entrância Final	E3
Entrância Intermediária	E1
Entrância Inicial	D6

**Agente de Limpeza:**

Entrância Final	B6
Entrância Intermediária	B3
Entrância Inicial	A10

Art. 12. Os valores dos proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram a estrutura do Quadro de Pessoal das Serventias da Justiça do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 10.237, de 04 de janeiro de 1993, guardada a correspondência com a Tabela III do Anexo III, ficam assim fixados:

**Escrivão de Cível:**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador**



## Judicial:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Oficial de Registro de Imóveis:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Tabelião de Notas:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Oficial de Protesto de Títulos:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J.:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito:

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

## Escritório Distrital:

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

## Oficial Maior - (sede da Comarca)

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

## Oficial Maior - (Cartório Distrital)

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1



## Escritoriente Juramentado - (sede de Comércio)

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1

## Escritoriente Juramentado - (Cartório Distrital)

Entrância Final	C1
Entrância Intermediária	B8
Entrância Inicial	B3

Art. 13. Os valores de vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de maio de 1997.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Reinhold Stephanes Junior  
Secretário de Estado da Administração

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

## ANEXOS:

Exibir

Descrição

☐ anexo5500\_584.doc

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

TABELA 2

Cargos de Provimento em Comissão

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Símbolo	Denominação	QTD	Símbolo	Denominação	QTD
DAS-1	Diretor Geral do Tribunal de Justiça	01	DAS-1	Secretário do Tribunal de Justiça	01
DAS-2	Vice-Diretor Geral do Tribunal de Justiça	01	DAS-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	01
DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	01	DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	01
DAS-3	Secretário da Presidência	01	DAS-3	Secretário do Presidente	01
DAS-3	Diretor de Departamento	06	DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01
DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01	DAS-3	Diretor da Assessoria de Planejamento da Presidência	01
DAS-4	Assessor Especial do Presidente	01	DAS-3	Diretor de Departamento	06
DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	01	DAS-4	Assessor Administrativo do Presidente	01
DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01	DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	01
DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	01	DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01
DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	01	DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	01	DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor da Justiça	01	DAS-4	Assessor de Recursos	04
DAS-4	Secretário do Corregedor da Justiça	04	DAS-4	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	01
DAS-4	Assessor de Recursos	01	DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Secretário	32	DAS-4	Secretário do Corregedor	01
DAS-4	Secretário de Desembargador	01	DAS-4	Chefe do Gabinete do Secretário	01
DAS-4	Supervisor da Assessoria de Planejamento	01	DAS-4	Supervisor do Centro de Documentação	01
DAS-4	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	01	DAS-4	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	01
DAS-4	Supervisor do Centro de Documentação	01	DAS-4	Secretário do Desembargador	32
DAS-5	Assessor Parlamentar do Gabinete da Presidência	01	DAS-5	Assessor Parlamentar do Presidente	01
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Vice-Presidente	01	DAS-5	Chefe de Cerimonial	01
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	01	DAS-5	Assessor de Imprensa	01
DAS-5	Assessor de Imprensa	01	DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Vice-Presidente	01
DAS-5	Chefe do Cerimonial	01	DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	01
DAS-5	Assessor Cerimonial	02	DAS-5	Assessor Correlacional	02
DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01	DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	01
DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	01	DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01
AE-1	Assessor Especial do Gabinete da Presidência	02	AE-1	Assessor Especial do Presidente	02
AE-1	Assessor Especial do Gabinete do Vice-Presidente	01	AE-1	Assessor Especial do Vice-Presidente	01
AE-1	Assessor Especial do Gabinete do Corregedor	01	AE-1	Assessor Especial do Corregedor	01
1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	05
1 C	Cargo em comissão do Gabinete da Presidência	02	1 C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	04
1 C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor	04
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Vice-Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	02
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor	02	1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Corregedor	02	1 C	Assessor do Diretor de Departamento	06
1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	01	3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Diretor Geral	01	3 C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	01
1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01	3 C	Auxiliar do Gabinete do Corregedor	04
1 C	Assessor de Diretor de Departamento	06			
1 C	Supervisor do Fichário Confidencial da Magistratura	01			
2 C	Supervisor de Transporte e Manutenção	01			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	04			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	01			
TOTAL EXISTENTE		104	TOTAL PROPOSTO		104



Lei 14807 - 20 de Julho de 2005

Publicado no Diário Oficial nº. 7022 de 20 de Julho de 2005

veja Lei 15831 de 12/05/2005 (veja Lei 15975 de 19/11/2005) (veja Lei 16742 de 28/12/2010) (veja Lei 16857 de 04/12/2011) (veja Lei 16857 de 05/12/2011)

Bônus: Incorpora as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.737/97, ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam incorporadas as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei 11.737, de 2 de Junho de 1997, ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica incorporado ao quadro de servidores do Poder Judiciário, o quadro de cargos de provimento em comissão de que trata a Lei nº 11.737, de 2 de Junho de 1997.

§ 1º. Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I – um (1) de Secretário, símbolo DAS-1;
- II – um (1) de Diretor de Gabinete do Presidente, símbolo DAS-3;
- III – três (3) de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3;
- IV – um (1) de Diretor de Assessoria de Recurso, símbolo DAS-3;
- V – um (1) de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 2-C;
- VI – um (1) de Eletrotécnico, símbolo 2-C.

§ 2º. Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

- I – dois (2) de Assessor de Gabinete do Presidente, DAS-4, em dois (2) de Assessor Judiciário do Presidente, DAS-4;
- II – um (1) de Assessor de Planejamento, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- III – um (1) de Assessor de Gabinete do Secretário, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- IV – cento e trinta e sete (137) cargos de Assessor Judiciário, DAS-4, em sessenta e oito (68) de Assessor de Desembargador, DAS-4, sessenta e oito (68) de Secretário de Desembargador, DAS-4, e em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;
- V – um (1) cargo de Assessor de Gabinete do Vice-Presidente, DAS-4, em um (1) de Secretário do 2º Vice-Presidente, DAS-4;
- VI – quatro (4) de Oficial de Gabinete de Desembargador, 1-C, em dois (2) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C, e em dois (2) de Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto, 1-C.

Art. 3º. Ficam criados, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

- I – dois (2) de Assessor Jurídico-Administrativo do 2º Vice-Presidente, DAS-5;
- II – um (1) de Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça, DAS-4;
- III – um (1) de Secretário do Corregedor Adjunto, DAS-4;
- IV – um (1) de Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor Adjunto, DAS-5;
- V – um (1) de Assessor de Recursos, DAS-4;
- VI – três (3) de Oficial de Gabinete do Presidente, 1-C;
- VII – um (1) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C;
- VIII – um (1) de Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 3-C;



IX – um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, 3-C;

X – um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto, 3-C;

XI – cento e quarenta (140) de Oficial de Gabinete de Desembargador, 1-C;

XII – sessenta (60) de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, 1-C.

Art. 4º. Os Anexos I e II desta lei passa a integrar o Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, ficando nomeados como Tabelas 1 e 2.

Parágrafo único. O enquadramento nas carreiras dos grupos ocupacionais correspondentes respeitará a ordem de antiguidade nos níveis a que pertencem os servidores efetivos.

Art. 5º. Os cargos criados na forma do art. 3º serão providos à medida da disponibilidade orçamentária e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as Tabelas 1 e 2 do Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, a Lei nº 11.737, de 2 de junho de 1997 e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de julho de 2005.

Roberto Requião  
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado de Administração e da Previdência


Cezar Quintana  
Chefe de Casa Civil

Esta lei não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir

Descrição

 anexo2766\_810.pdf

## ANEXO II

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO**  
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997, com as modificações posteriores)

Simbologia	Denominação	Nº de Cargos do TJ	Nº de Cargos do Estado TA	Emissão Proposta TJ
DAJ-1	Secretário do Tribunal de Justiça	01	01 (1)	01
DAJ-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	01	00	01
DAJ-3	Diretor do Gabinete da Presidência	01	01 (1)	01
DAJ-4	Assessor da Presidência	01	00	01
DAJ-5	Coordenador de Departamento	00	05 (1)	00
DAJ-6	Coordenador de Assessoria de Recursos	01	01 (1)	01
DAJ-7	Coordenador de Assessoria de Planejamento	01	00	01
DAJ-8	Assessor de Planejamento	00	01 (2)	00
DAJ-9	Assessor do Gabinete do Presidente	00	01 (2)	00
DAJ-10	Assessor do Gabinete do Vice-Presidente	00	01 (2)	00
DAJ-11	Assessor Administrativo do Presidente	01	00	04 (2)
DAJ-12	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	00	00	02
DAJ-13	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01	00	01
DAJ-14	Assessor Parlamentar do Presidente	01	00	01
DAJ-15	Assessor Jurídico do Presidente	01	00	03 (2)
DAJ-16	Assessor Jurídico	00	137 (2)	00
DAJ-17	Assessor de Recursos	04	00	14 (3)
DAJ-18	Chefe de Gabinete do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAJ-19	Chefe de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	01
DAJ-20	Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça	01	00	01
DAJ-21	Chefe de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	01
DAJ-22	Secretário do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAJ-23	Secretário do Corregedor-Geral de Justiça	01	00	01
DAJ-24	Chefe de Gabinete do Secretário	01	00	01
DAJ-25	Assessor de Gabinete do Secretário	00	01 (2)	00
DAJ-26	Supervisor do Centro de Documentação	01	00	01
DAJ-27	Secretário de Desembargador	47	00 (2)	116
DAJ-28	Assessor de Desembargador	47	00 (2)	116
DAJ-29	Supervisor do Centro Assistente Jurídico e Social	01	00	01
DAJ-30	Supervisor do Centro de Apoio ao PLEBISCITO	01	00	01
DAJ-31	Secretário do Corregedor Adjunto	00	00	01 (2)
DAJ-32	Secretário do 2º Vice-Presidente	00	00	01 (2)
DAJ-33	Assessor Jurídico do Corregedor-Geral de Justiça	00	00	01 (3)
DAJ-34	Assessor Parlamentar do Presidente	01	00	01
DAJ-35	Assessor de Imprensa	01	00	01
DAJ-36	Chefe de Cerimonial	01	00	01
DAJ-37	Assessor Jurídico Administrativo do 1º Vice-Presidente	00	00	00
DAJ-38	Assessor Jurídico Administrativo do 2º Vice-Presidente	01	00	01 (2)
DAJ-39	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor-Geral de Justiça	00	00	00
DAJ-40	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor Adjunto	01	00	00 (3)
DAJ-41	Assessor Correcional	00	00	00
DAJ-42	Coordenador de Assessoria do Secretário	01	00	01

Legenda: (1) cargos extintos; (2) cargos transferidos; (3) cargos criados.

Continua...

ANEXO II - Continuação

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO  
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997, com as modificações posteriores)

Símbologia	Denominação	Nº de Cargos do TJ	Nº de Cargos do Extinto TA	Situação Proposta TJ
DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Presidente	02	00	02
DAS-5	Assessor Especial do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Corregedor-Geral da Justiça	01	00	01
1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	08	00	11 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do 1º Vice-Presidente	06	00	06
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	00	00	01 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	06	00	06
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	02	00	02
1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01	00	01
1 C	Assessor do Diretor de Departamento	09	00	09
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	94	00	90 (2)
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	00	00	140 (3)
1 C	Assessor Técnico do Centro de Apoio ao FUNREJUS	01	00	01
1 C	Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau	08	00	60 (3)
2 C	Supervisor de Transporte e Manutenção	00	01 (1)	00
2 C	Eletrotécnico	00	01 (1)	00
3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04	01	05
3 C	Auxiliar de Gabinete do 1º Vice-Presidente	03	00	03
3 C	Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	04	00	05 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Secretário	00	01	01
	<b>TOTAL</b>	<b>288</b>	<b>161</b>	<b>654</b>

Obs: Legenda: (1) cargos extintos; (2) cargos transformados; (3) cargos criados.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 320/12**

Projeto de Lei nº. 320/12  
Autor: Tribunal de Justiça

**Súmula:** Cria a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, alterando a Lei Estadual n.º. 14.277 de 30/12/03, e adota outras providências.

**EMENTA:** CRIAÇÃO DA 1ª E 2ª VARAS DE FAZENDA PÚBLICA NA COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU. ALTERAÇÃO DA LEI 14.277 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciais, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, sendo vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciais;

Ainda, sobre a Iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

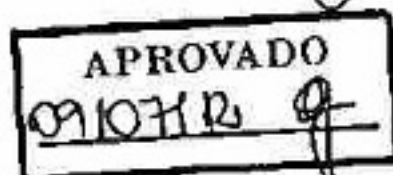
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de Julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 320/12**

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 856/12 que objetiva criar a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, que cria a 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública da Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância final, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, considerando a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, é estimado em aproximadamente R\$515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais) para o exercício de 2012, R\$1.140.000,00 (um milhão cento e quarenta mil reais) para o exercício de 2013 e R\$1.288.000,00 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

No que diz respeito aos cargos de Analistas e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível, as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo geral anual aproximado de R\$1.070.910,00 (um milhão setenta mil e novecentos e dez reais).

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

09/07/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO Elio RUSCH  
RELATOR

VETO Nº 029/12.

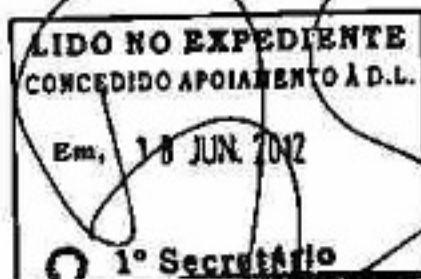


**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTU/CC nº1449/2012

Curitiba, 12 de junho de 2012



Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - A DL para providências.

Em, 14/06/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o art. 43 do Projeto de Lei nº 848/2011, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O art. 43 do Projeto pretende efetuar a transformação dos cargos dos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) que integrem o Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS). Esses servidores passariam a ocupar novos cargos em carreiras diferentes, ou seja, aquelas pertencentes à Agência de Defesa Agropecuária - ADAPAR.

No entanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o art. 37, inciso II, da Constituição exige a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos, repudiando toda modalidade de provimento derivado - disfarçado ou não - que propicie ao servidor investir-se em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, nos termos do enunciado 685 da Súmula/STF. A título meramente exemplificativo, menciono as seguintes decisões do Supremo: ADI 94, rel. min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJE de 16.12.2011; AI 768.536-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJE de 30.11.2010; RE 602.795-AgR, rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJE de 9.4.2010; ADI 951, rel. min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ 29.04.2005; MS 22.148, rel. min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ de 8.3.1996.

Ante os numerosos precedentes contrários ao intuito relevado pelo art. 43 do Projeto, não cabe indagar sobre eventual equivalência de escolaridade, remuneração e atribuições entre as carreiras do QPPE e da ADAPAR, como eventualmente poderiam arguir setores internos da Administração.

A bem da verdade, mesmo essa aparente equivalência não

resiste a um exame mais apurado da questão em análise. Deveras, basta notar que a transformação dos cargos acarretaria sensível mudança funcional para os servidores reenquadrados, considerada a nova estrutura remuneratória, em forma de subsídio. Não parece casual a referida mudança, já que a tabela de subsídios incorpora vantagens concedidas anteriormente, uma delas, inclusive, percebida em desconformidade com o art. 30 da Lei 13.666/2002.

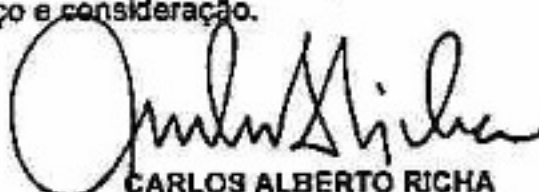
Ademais, a adoção do regime de subsídio para os servidores oriundos do QPPE geraria o efeito de blindar sua remuneração contra questionamentos que poderiam surgir acerca da inclusão das referidas vantagens na garantia da irredutibilidade de vencimentos ou de sua incorporação aos proventos da aposentadoria, considerada a natureza transitória e *propter laborem* de gratificação.

À vista das considerações expendidas, nota-se que a transformação dos cargos, com a decorrente adoção do regime de subsídio, importaria notável incremento funcional para os servidores beneficiados, o que não encontra guarida em qualquer linha jurisprudencial da Suprema Corte acerca do princípio do concurso público (art. 37, inciso II, da Constituição).

Ante o exposto, veto o art. 43 do Projeto de Lei nº 848/2011, por violar o art. 37, inciso II da Constituição da República.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

Prot.nº 11.034.778-2

OF/CTL/CC nº1449/2012

Curitiba, 12 de junho de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 103/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o art. 43 do Projeto de Lei nº 848/2011, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O art. 43 do Projeto pretende efetuar a transformação dos cargos dos atuais servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) que integrem o Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS). Esses servidores passariam a ocupar novos cargos em carreiras diferentes, ou seja, aquelas pertencentes à Agência de Defesa Agropecuária – ADAPAR.

No entanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o art. 37, inciso II, da Constituição exige a realização de concurso público para o provimento de cargos efetivos, repudiando toda modalidade de provimento derivado – disfarçado ou não – que propicie ao servidor investir-se em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, nos termos do enunciado 685 da Súmula/STF. A título meramente exemplificativo, menciono as seguintes decisões do Supremo: ADI 94, rel. min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJE de 16.12.2011; AI 788.536-AgR, rel. min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJE de 30.11.2010; RE 602.795-AgR, rel. min. Eros Grau, Segunda Turma, DJE de 9.4.2010; ADI 951, rel. min. Joaquim Barbosa, Tribunal Pleno, DJ 29.04.2005; MS 22.148, rel. min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ de 8.3.1996.

Ante os numerosos precedentes contrários ao intuito relevado pelo art. 43 do Projeto, não cabe indagar sobre eventual equivalência de escolaridade, remuneração e atribuições entre as carreiras do QPPE e da ADAPAR, como eventualmente poderiam arguir setores internos da Administração.

A bem da verdade, mesmo essa aparente equivalência não

resisto a um exame mais apurado da questão em análise. Deveras, basta notar que a transformação dos cargos acarretaria sensível mudança funcional para os servidores reenquadrados, considerada a nova estrutura remuneratória, em forma de subsídio. Não parece casual a referida mudança, já que a tabela de subsídios incorpora vantagens concedidas anteriormente, uma delas, inclusive, percebida em desconformidade com o art. 30 da Lei 13.666/2002.

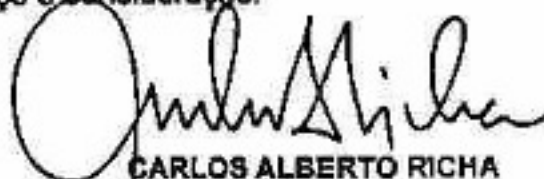
Ademais, a adoção do regime de subsídio para os servidores oriundos do QPPE geraria o efeito de blindar sua remuneração contra questionamentos que poderiam surgir acerca da inclusão das referidas vantagens na garantia da irredutibilidade de vencimentos ou de sua incorporação aos proventos da aposentadoria, considerada a natureza transitória e *propter laborem* de gratificação.

À vista das considerações expendidas, nota-se que a transformação dos cargos, com a decorrente adoção do regime de subsídio, importaria notável incremento funcional para os servidores beneficiados, o que não encontra guarida em qualquer linha jurisprudencial da Suprema Corte acerca do princípio do concurso público (art. 37, inciso II, da Constituição).

Ante o exposto, veto o art.43 do Projeto de Lei nº 848/2011, por violar o art. 37, inciso II da Constituição da República.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

Prot. nº 11.034.778-2



Lei nº. 17 187



Data 12 de junho de 2012

Súmula Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei;

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multiocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1º O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

§ 2º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade

ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

I - conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira;

II - conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de Interníveis e Interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira;

III - conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento) para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I - conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra;

II - conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento) para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I - conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior;

II - o interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

§ 5º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I - conceitua-se DINÂMICA FUNCIONAL como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I - conceitua-se CARGO como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo;

II - conceitua-se CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos;

III - conceitua-se CARGO SINGULAR como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multiocupacionais;

IV - conceitua-se FUNÇÃO DO CARGO a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multiocupacional;

V - conceitua-se FUNÇÃO SINGULAR como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

VI - conceitua-se FUNÇÃO MULTIOcupACIONAL como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

VII - conceitua-se NATUREZA DO CARGO ou GRUPO OCUPACIONAL como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto à natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo;

VIII - conceitua-se GRAU DE COMPLEXIDADE ou RESPONSABILIDADE como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes;

IX - conceitua-se ESTRUTURA PIRAMIDAL como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

## CAPÍTULO II DO INGRESSO

Art. 3º O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta Lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de

administração de pessoal do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** Conceitua-se CONCURSO como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso no cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

**Art. 4º** É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou de parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade a que se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

### CAPÍTULO III

#### DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

**Art. 5º** Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária o na forma do Perfil Profissiográfico:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários e de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

§ 1º A função de Fiscal da Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

§ 2º A fiscalização dos aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal será realizada exclusivamente por Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos.

Art. 6º Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I – ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitam, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições;

II – requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zootossanitária;

III – possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI – não ser constrangido por qualquer modo ou forma e agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII – contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII – direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimentos, no exercício de suas atribuições.

**Art. 7º** Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

**Art. 8º** Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

**Parágrafo único.** Conceitua-se PERFIL PROFISSIOGRÁFICO como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a elas associadas.

**Art. 9º** O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

- I – código do cargo e função;
- II – nome do cargo e da função;
- III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;
- IV – carga horária e jornada;
- V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;
- VI – descrição resumo da classe ocupacional de acordo com a carreira, cargo, formação exigida ou necessidade da classe;
- VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;
- VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;
- IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;
- X – linha de promoção;
- XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;
- XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

#### CAPÍTULO IV

##### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 10. O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório - AVDE para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1º O estágio probatório a que se refere o caput deste artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 3º A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

Art. 11. A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

Art. 12. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo único. Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para os quais tenha sido nomeado.

Art. 13. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será suspensa nas seguintes situações:

- I - tratamento da própria saúde;
- II - licença-maternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III - licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV - doença na família, na forma da legislação vigente;

V – concorrência a mandato eletivo;

VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da Administração Pública.

§ 1º O retorno do funcionário ao exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2º Não será considerada afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

## CAPÍTULO V

### DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias, adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei para atendimento integral do serviço.

§ 1º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto, não admitam paralisação, adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2º Os servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já

incluído o descanso semanal remunerado.

Art. 15. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o Regime de Trabalho em Turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

Art. 16. Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos - RTT para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos - RTT do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º No Regime de Trabalho em Turnos - RTT, os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas não geram direito à compensação de jornada após o retorno.

§ 3º No Regime de Trabalho em Turnos - RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

§ 4º No Regime de Trabalho em Turnos - RTT será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência da escala para o turno seguinte ou por situação de excepcional interesse da administração.

§ 5º O Regime de Trabalho em Turnos - RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo indevido o pagamento em dobro sobre a hora normal ou serviço extraordinário para os dias de escala.

§ 6º Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos - RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Art. 17. Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

1 - conceitua-se REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS como a condição de trabalho de cargo e função submetidos a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se Regime de Plantão Extra Jornada - RPE.

§ 1º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.

§ 2º Cada escala de Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4º O Plantão de Sobreaviso - RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS, após as 22h00 (vinte e duas) e até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescida de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

§ 6º O Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 18. O Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS e o Regime de Trabalho em Turnos - RTT são incompatíveis entre si.

Art. 19. É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS, desde que atendidas as suas exigências.

Art. 20. A frequência ao serviço será apurada através de livro ponto ou qualquer meio mecânico, eletrônico ou eletrônico.

Art. 21. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo, podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.

**Parágrafo único.** Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 22.** Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

**Parágrafo único.** O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos serem levados à conta dos anos subsequentes.

## CAPÍTULO VI

### DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

**Art. 23.** Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

**Art. 24.** Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

**Parágrafo único.** A progressão será concedida:

I – para a referência 2 (dois) da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;

II – por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;

III – a concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;

IV – o tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:

a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;



b) a estabilidade funcional, somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei, bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

**Art. 25.** Conceitua-se PROMOÇÃO como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associado à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

§ 1º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3º Conceitua-se TÍTULOS como os critérios a serem utilizados para pontuação, para habilitação ou para classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

**Art. 26.** As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concursal e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas, certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho,

quando a estas for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

**Parágrafo único.** A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

**Art. 27.** Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

§ 1º O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

§ 2º O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

§ 3º Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

**Art. 28.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 29.** Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

**Parágrafo único.** O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda

promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

**Art. 30.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 31.** Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

§ 1º Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

§ 2º A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

§ 3º A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

**Art. 32.** Para a habilitação por avaliação de títulos na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I - 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II - 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III - 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV - 5 (cinco) pontos por curso realizado a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos ou 60 (sessenta) horas;

V - 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

VI - 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII - 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;

VIII - 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX - 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X - 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI - 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII - 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII - 15 (quinze) pontos por participação como membro ou par avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

**Parágrafo único.** Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no inciso V deste artigo, sendo computado como tal.

**Art. 33.** Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

**Parágrafo único.** A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I - a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II - o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;

III - maior tempo de carreira;

IV - maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

Art. 34. Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* - ofertada por instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II - a titulação referente a cursos deverá ser limitada ao âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de instituição de ensino reconhecida legalmente ou ofertados por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro Instituto de desenvolvimento na carreira.

§ 3º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através do Conselho competente.

§ 4º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos da Educação Profissional.

§ 5º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função a escolarização ofertada por instituição formal de ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhada do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada do original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6º São considerados como titulação referente a curso os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8º Para certificados ou certidões nos quais não conste carga horária será atribuída carga horária de 08 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9º Não será computado número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

§ 10. Não serão aceitos para efeito de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

## CAPÍTULO VII DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 35. Às carreiras da ADAPAR aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

- I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;
- II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;
- III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única,

vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.

§ 2º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

§ 3º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4º Os valores a que se refere o caput deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em Lei.

§ 5º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja intersecção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

§ 6º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no País.

§ 7º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento previstos na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de plos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

**Art. 39.** Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devida a todas as carreiras.

§ 1º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I – férias, na forma da legislação em vigor, e

II – décimo terceiro salário.

§ 2º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade, na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.

**Art. 40.** As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, do serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

**Parágrafo único.** Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

**Art. 41.** São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público, as vantagens laborativas do serviço público.

§ 1º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

§ 2º As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

Art. 42. É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 43. Vetado.

Art. 44. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, em decorrência da implementação da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, recebe em transferência os bens, direitos e créditos e assume as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos e ajustes e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS.

Art. 45. As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

Art. 46. São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual nº 8.174, de 16 de novembro de 1970, e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

Art. 47. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

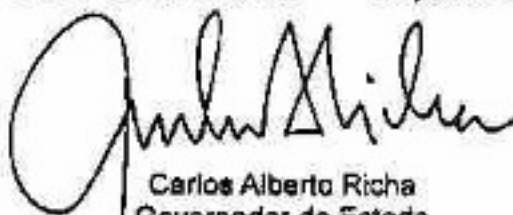
**Art. 48.** Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011 no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

**Parágrafo único.** Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

**Art. 49.** Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

**Art. 50.** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

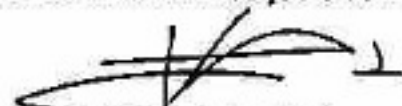
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de junho de 2012.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara  
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Jorge Sebastião de Bem  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência



Luiz Eduardo Sebastiani  
Chefe da Casa Civil

ANEXO I DA LEI Nº 17 187

ESTRUTURA DAS CARREIRAS - ADAPAR

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIOLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600		ZOOTECNISTA	GRADUAÇÃO

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCUFACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA A FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	80	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			

ANEXO B DA LEI Nº 7187  
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NA CARRERA: ADESA

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - PISCAL DE DETERMINADA ADESA

PROMOÇÃO			PROGRESSÃO POR TEMPO E ENQUADRAMENTO NA PROMOÇÃO											
CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	NÚMEROS											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARRERA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS												
B	18 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA	15 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS												
C			INGRESSO	1º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATIONÁRIO	05 ANOS	(10 ANOS)	(15 ANOS)	(20 ANOS)	(25 ANOS)					

PROMOÇÃO			INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - ASSISTENTE DE REGISTRAÇÃO DA DETERMINADA ADESA											
CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	NÚMEROS											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARRERA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS												
B	18 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA	15 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS												
C			INGRESSO	1º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATIONÁRIO	(5 ANOS)	(10 ANOS)	(15 ANOS)	(20 ANOS)	(25 ANOS)					



ANEXO III DA LEI Nº 17.187  
SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - ADAPAR

SUBSÍDIO - FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,33	12.902,91	13.548,06	14.225,48	14.936,74	15.683,57	16.467,75
B				7.401,31	8.511,51	8.937,08	9.383,94					
C	6.054,18	5.812,30	6.102,82	6.408,06	6.728,47							

SUBSÍDIO - ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,83	4.937,76	5.184,65	5.443,86	5.718,08	6.001,89
B				2.825,96	3.248,85	3.412,34	3.582,86					
C	2.071,67	2.324,82	2.441,17	2.563,22	2.681,38							



**Projeto de Lei nº 848/11**  
**(Autoria do Poder Executivo)**

Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**CAPÍTULO I**  
**DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Zootecnista, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei;

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 03 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multiocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1º O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

§ 2º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLÊNARIO



Projeto de Lei nº 848/11

fls.2.

I - conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira;

II - conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de interníveis e interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira;

III - conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento) para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I - conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra;

II - conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento) para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I - conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior;

II - o interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLÊNARIO



Projeto de Lei nº 848/11

fls.3.

§ 5º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I - conceitua-se DINÂMICA FUNCIONAL como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I - conceitua-se CARGO como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo;

II - conceitua-se CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos;

III - conceitua-se CARGO SINGULAR como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multiocupacionais;

IV - conceitua-se FUNÇÃO DO CARGO a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multiocupacional;

V - conceitua-se FUNÇÃO SINGULAR como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.4.

VI - conceitua-se FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe;

VII - conceitua-se NATUREZA DO CARGO ou GRUPO OCUPACIONAL como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto à natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo;

VIII - conceitua-se GRAU DE COMPLEXIDADE ou RESPONSABILIDADE como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes;

IX - conceitua-se ESTRUTURA PIRAMIDAL como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

## **CAPÍTULO II DO INGRESSO**

Art. 3º O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta Lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.5.

**Parágrafo único.** Conceitua-se CONCURSO como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso no cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

**Art. 4º** É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou de parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade a que se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

## **CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIONAL**

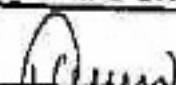
**Art. 5º** Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária e na forma do Perfil Profissiográfico:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLÊNARIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

Art. 6.

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários e de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

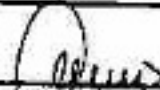
X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

§ 1º A função de Fiscal de Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

§ 2º A fiscalização dos aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal será realizada exclusivamente por Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos.

Art. 6º Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

Pls.7.

I - ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou do desempenho de suas atribuições;

II - requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zoofitossanitária;

III - possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV - requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V - tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI - não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII - contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII - direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimentos, no exercício de suas atribuições.

Art. 7º Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

Art. 8º Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.8.

**Parágrafo único.** Conceitua-se PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a eles associadas.

**Art. 9º** O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

- I – código do cargo e função;
- II – nome do cargo e da função;
- III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;
- IV – carga horária e jornada;
- V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;
- VI – descrição resumo da classe ocupacional de acordo com a carreira, cargo, formação exigida ou necessidade da classe;
- VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;
- VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;
- IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;
- X – linha de promoção;
- XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;
- XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 848/11

fls.9.

**CAPÍTULO IV**  
**DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 10.** O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1º O estágio probatório a que se refere o *caput* deste artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2º A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 3º A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

**Art. 11.** A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

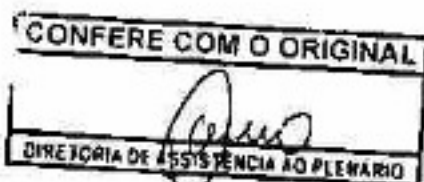
**Art. 12.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

**Parágrafo único.** Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para os quais tenha sido nomeado.

**Art. 13.** A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório será suspensa nas seguintes situações:

I – tratamento da própria saúde;

II – licença-maternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.10.

III – licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;

IV – doença na família, na forma da legislação vigente;

V – concorrência a mandato eletivo;

VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da Administração Pública.

§ 1º O retorno do funcionário no exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2º Não será considerada afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

## CAPÍTULO V

### DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias, adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei para atendimento integral do serviço.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.11.

§ 1º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto, não admitam paralisação, adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2º Os servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já incluído o descanso semanal remunerado.

Art. 15. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o Regime de Trabalho em Turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

Art. 16. Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos – RTT do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas não geram direito à compensação de jornada após o retorno.

§ 3º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

§ 4º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência de escala para o turno seguinte ou por situação de excepcional interesse da administração.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.12.

§ 5º O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo indevido o pagamento em dobro sobre a hora normal ou serviço extraordinário para os dias de escala.

§ 6º Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos – RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

**Art. 17.** Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

I – conceitua-se REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS como a condição de trabalho de cargo e função submetidos a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se Regime de Plantão Extra Jornada – RPE.

§ 1º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.


§ 2º Cada escala de Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4º O Plantão de Sobreaviso – RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, após as 22h00 (vinte e duas) e até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescida de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.13.

§ 6º O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 18. O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT são incompatíveis entre si.

Art. 19. É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos – RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, desde que atendidas as suas exigências.

Art. 20. A frequência ao serviço será apurada através de livro ponto ou qualquer meio mecânico, elétrico ou eletrônico.

Art. 21. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo, podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.

**Parágrafo único.** Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

Art. 22. Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

**Parágrafo único.** O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos serem levados à conta dos anos subsequentes.

## **CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS**

Art. 23. Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

Fls. 14.

**Art. 24.** Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

**Parágrafo único.** A progressão será concedida:

I -- para a referência 2 (dois) da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;

II -- por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;

III -- a concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;

IV -- o tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:

a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;

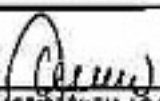
b) a estabilidade funcional, somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei, bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

**Art. 25.** Conceitua-se PROMOÇÃO como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associado à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.15.

§ 1º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3º Conceitua-se TÍTULOS como os critérios a serem utilizados para pontuação, para habilitação ou para classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

Art. 26. As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concorrencial e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas, certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

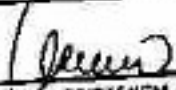
V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a estas for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.16.

**Art. 27.** Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

§ 1º O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

§ 2º O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

§ 3º Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

**Art. 28.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 29.** Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

**Parágrafo único.** O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

Ps.17.

**Art. 30.** O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

**Parágrafo único.** O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

**Art. 31.** Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

§ 1º Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

§ 2º A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

§ 3º A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

**Art. 32.** Para a habilitação por avaliação de títulos na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I – 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II – 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III – 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV – 5 (cinco) pontos por curso realizado a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos ou 60 (sessenta) horas;

V – 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.18.

VI - 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII - 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;

VIII - 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX - 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X - 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI - 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII - 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII - 15 (quinze) pontos por participação como membro ou per avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

**Parágrafo único.** Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no inciso V deste artigo, sendo computado como tal.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.19.

**Art. 33.** Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

**Parágrafo único.** A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

- I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;
- II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;
- III – maior tempo de carreira;
- IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

**Art. 34.** Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:


I – a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* – ofertada por instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II – a titulação referente a cursos deverá ser limitada no âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de instituição de ensino reconhecida legalmente ou ofertados por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 843/11

fls.20.

§ 3º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através de Conselho competente.

§ 4º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos de Educação Profissional.

§ 5º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função a escolarização ofertada por instituição formal de ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhada do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6º São considerados como titulação referente a curso os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8º Para certificados ou certidões nos quais não conste carga horária será atribuída carga horária de 08 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9º Não será computado número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 843/11

fls.21.

§ 10. Não serão aceitos para efeito de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

## CAPÍTULO VII DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 35. Às carreiras da ADAPAR aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;

II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;

III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.


§ 2º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

§ 3º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4º Os valores a que se refere o *caput* deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em Lei.

§ 5º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja interseção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.22.

§ 6º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no País.

§ 7º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento previstos na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de pisos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

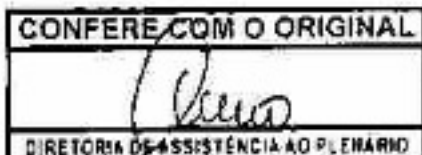
Art. 39. Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devida a todas as carreiras.

§ 1º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I - férias, na forma da legislação em vigor; e

II - décimo terceiro salário.

§ 2º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade, na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.23.

**Art. 40.** As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, do serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

**Parágrafo único.** Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

**Art. 41.** São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público, as vantagens laborativas do serviço público.

**§ 1º** Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

**§ 2º** As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 848/11

fls.24.

**Art. 42.** É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 43.** Salvo manifestação em contrário, ficam transformados os cargos dos atuais servidores efetivos do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), integrantes do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS), da seguinte maneira:

**I** – os cargos de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo, ficam transformados em cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária;

**II** – os cargos de Agente de Execução, ocupados por profissionais com formação em Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária e que exercem a função de Técnico de Manejo e Meio Ambiente, bem como os cargos ocupados por profissionais que exercem a função de Técnico em Laboratório, ficam transformados em cargos de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária.

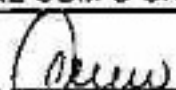
**§ 1º** No prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo de que trata este artigo deverão optar pela transformação ou não dos seus cargos.

**§ 2º** Os servidores que optarem por permanecer no QPPE exercerão suas funções na ADAPAR sem prejuízo do Adicional de Atividades de Fiscalização Agropecuária – AAFA ou do Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFM de que trata o art. 13 da Lei nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011.

**§ 3º** Os cargos transformados serão automaticamente extintos no Quadro Próprio do Poder Executivo.

**§ 4º** Os servidores que optarem pela transformação de seus cargos serão inseridos nas tabelas de subsídios da ADAPAR, constantes do Anexo III, em referência correspondente à remuneração que percebem ou, em não existindo correspondência exata, na referência imediatamente superior.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fls.25.

Art. 44. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, em decorrência da implementação da Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, recebe em transferência os bens, direitos e créditos e assume as obrigações decorrentes dos contratos, acordos, convênios, termos e ajustes e outros compromissos de natureza jurídica estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS.

Art. 45. As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

Art. 46. São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

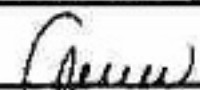
Art. 47. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011 no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no *caput* deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 49. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETOR DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

Projeto de Lei nº 848/11

fls.26.

Art. 50. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 22 de maio de 2012.

**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**Deputado RENI PEREIRA**  
2º Secretário

RCP/OCB/TSC/SMH

CONFERE COM O ORIGINAL

  
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 848/11

fla.27.

## JUSTIFICATIVA

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Projeto de Lei tem por objetivo o fortalecimento da agropecuária paranaense por meio da valorização dos servidores que realizam os serviços públicos estaduais de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal.

Para tanto, propõe-se a criação de carreira própria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR na estrutura do Poder Executivo, composta pelos cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo e de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multiocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e de Técnico de Laboratório.

O provimento de cargos da carreira da ADAPAR ocorrerá paulatinamente, pois os atuais servidores efetivos, no exercício da função de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, como também os agentes de execução, na função de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, alocados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em face de experiência e capacitação adquiridas, passarão a desempenhar suas funções no âmbito da ADAPAR em caráter definitivo.

À semelhança de outras carreiras típicas do Estado, a importância de distinguir, em especial, o servidor fiscal de defesa agropecuária está no fato de coordenar e fiscalizar o cumprimento das leis de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Paraná, atribuições que o expõe às responsabilidades e aos riscos próprios do exercício de poder de polícia.

Ainda, o fato da execução dos serviços de defesa e inspeção agropecuária exigir conhecimento e experiência especializados que se aperfeiçoem pelo desenvolvimento das atribuições, a perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná, de modo a refletir negativamente em sua reputação fito-zoosanitária e dificultar o comércio e conquista de mercados, resultando em elevados prejuízos à coletividade.

A criação da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária fortalece e assegura a realização da defesa agropecuária em reconhecimento das singularidades dos serviços prestados, fator determinante à manutenção do território paranaense livre de pragas e doenças, condição essencial ao pleno desenvolvimento da atividade econômica.

Assim, espera-se que Vossa Excelência dê a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária por medida de inteira justiça.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## ANEXO I DA LEI Nº ESTRUTURA DAS CARREIRAS - ADAPAR

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIOLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600		ZOOTECNISTA	GRADUAÇÃO

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCUPAÇIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTENCIA AO PLENARIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO II DA LEI Nº  
INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NA CARRERA - ADJUNTA

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - FISCAL DE DEFESA AGRONOMIÁRIA

PROMOÇÃO			PROGRESSÃO POR TEMPO E ENVELHECIMENTO NA PROMOÇÃO											
CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	REFERÊNCIAS											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	25 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARRERA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS												
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS	(10 ANOS)		(11 ANOS)		(12 ANOS)		(13 ANOS)		(14 ANOS)			
C			INGRESSO		2º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATORIO		3º ANOS		4º ANOS		5º ANOS			

INGRESSO, PROMOÇÃO E PROGRESSÃO - ASSISTENTE DE PRODUÇÃO DA DEPEVA AGRONOMIÁRIA

PROMOÇÃO			PROGRESSÃO POR TEMPO E ENVELHECIMENTO NA PROMOÇÃO												
CLASSE	POR TEMPO	POR MÉRITO	REFERÊNCIAS												
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
A	32 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 14 ANOS DE CARRERA	20 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS								(20 ANOS)	(21 ANOS)	(22 ANOS)	(23 ANOS)	(24 ANOS)	(25 ANOS)
B	15 ANOS COMPLETOS E MÍNIMO DE 10 ANOS NA CARRERA	10 ANOS COMPLETOS, MÍNIMO DE 7 ANOS NA CARRERA MAIS OUTROS TÍTULOS								(10 ANOS)	(15 ANOS)	(20 ANOS)			
C			INGRESSO	2º ANO APÓS O ESTÁGIO PROBATORIO	(5 ANOS)	(10 ANOS)	(15 ANOS)								

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

ANEXO III DA LEI Nº  
SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - ADAPAR

SUBSÍDIO - FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,53	12.902,91	13.546,06	14.225,46	14.936,74	15.683,67	16.467,76
B				7.401,31	8.511,51	9.937,08	9.383,94					
C	5.054,16	6.812,30	6.102,92	6.408,06	6.728,47							

SUBSÍDIO - ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,63	4.937,76	5.184,65	5.443,89	5.716,08	6.001,88
B				2.625,90	3.249,85	3.412,34	3.582,96					
C	2.021,67	2.324,92	2.441,17	2.563,22	2.691,39							

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ANEXO IV DA LEI Nº  
ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

CARREIRA	CARGO	FUNÇÃO	VANTAGEM	VALOR
QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	BIÓLOGO	ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	2.398,25
		ENGENHEIRO AGRÔNOMO		
		MÉDICO VETERINÁRIO		
	AGENTE DE EXECUÇÃO	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	905,25

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 029/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 029/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1449/12

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 848/11, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 074/11, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 848/11, de autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária – ADAPAR, e adota outras providências, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada inconstitucional.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 848/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 23 de maio de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 029/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 12 de junho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.




**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

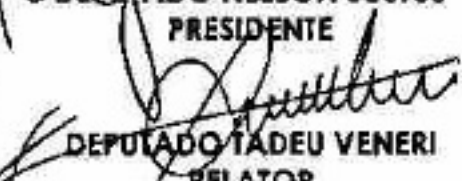


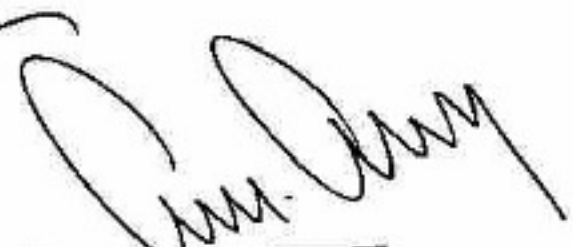


**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO TADEU VENERI  
RELATOR

  
  
  
**APROVADO**

26.06.12